

**Intervenção Dep. José Manuel Bolieiro  
Horta, 11 de Dezembro de 2008  
Debate do Programa do X Governo  
Política de Saúde**

Senhor Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Francisco Coelho, na primeira vez que me dirijo a V. Ex<sup>a</sup>, nas suas novas funções para esta legislatura, começo por o saudar, pessoalmente, desejando-lhe felicidades no seu desempenho.

Aos colegas, que se iniciam no desempenho do seu mandato de Deputados, saúdo-os de forma particular, desejando-lhes felicidades.

É com a aprovação do seu Programa, que o X Governo Regional toma a efectiva investidura nas suas funções. O quarto governo regional consecutivo da responsabilidade do Partido Socialista e chefiado pelo Presidente Carlos César. O seu anunciado último mandato, como o próprio já confirmou.

A este propósito vem-me à memória o verso da canção:

“Hoje é o primeiro dia do resto da tua vida”.

Frase que, naturalmente, adapto ao fim de um ciclo político e de governação do Partido Socialista.

Se é indesmentível que tem sido um ciclo de vitórias eleitorais e de estabilidade governativa para o Partido Socialista, à custa de Carlos César, a verdade é que, para os açorianos o ciclo tem sido de clara frustração, em matéria de cuidados de saúde, pela oportunidade perdida de uma reforma de qualidade e consequente do Serviço Regional de Saúde.

A herança da política de saúde pela qual os governos socialistas são responsáveis é má. Justifica repúdio.

Mas deixemos a herança e falemos do futuro.

Há muito que alterar. Muito para fazer, com novidade.

Muito para planear. Muito para corrigir.

Para ter sucesso na reforma inadiável do Serviço Regional de Saúde dos Açores, não basta realizar o que vem previsto neste programa de governo, que na sua essência apenas indica continuidade e aperfeiçoamentos.

Se nos limitássemos a analisar o Programa do Governo, bastariam breves palavras, para tão escassas novidades.

À incapacidade do PS para definir prioridades no seu programa de governo para a saúde, o PSD reage com iniciativa e com propostas claras para a definição de prioridades.

Apontemos, então, as prioridades.

Primeira: É urgente assegurar o financiamento adequado ao Serviço Regional de Saúde.

A inequívoca opção política que defendemos é a de assegurar cuidados de saúde aos açorianos, em níveis médios do padrão de qualidade que é garantido no País e na União Europeia, acompanhando as novas tecnologias e os avanços da medicina.

Urge acabar com o subfinanciamento crónico às unidades de saúde. Os seus orçamentos ficam constantemente aquém dos seus níveis de produtividade.

Os resultados de produtividade alcançados são apenas conseguidos pelo excepcional esforço, aliás, eticamente inexigível, dos gestores e dos profissionais das unidades de saúde dos Açores.

É inadiável a concretização de Planos de Investimento nas diferentes áreas da Saúde, com financiamento apropriado:

- Para a aquisição de material. Do material necessário a todas as unidades de saúde;
- Para a realização de obras. Entre outras, e desde já, a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada, a construção do Hospital de Angra do Heroísmo, e as de reabilitação no Hospital de Ponta Delgada, que garantam a sua continuidade no cumprimento dos requisitos de uma unidade de saúde hospitalar, que está acreditada internacionalmente;
- Para a manutenção atempada e adequada dos equipamentos de todas as unidades de saúde.

Segunda prioridade: Acesso de todos os açorianos aos cuidados de saúde, através do médico de família.

Continuam cerca de 80 mil açorianos sem médico de família.

Estes açorianos chegam ao seu direito a cuidados de saúde através da urgência hospitalar e dos Serviços de Atendimento Urgente nos Centros de Saúde. Com esta disfunção no sistema, aumentam-se os custos e a despesa do Serviço Regional de Saúde e inviabiliza-se o

objectivo de uma relação de estabilidade entre o doente e o seu médico.

Reconheço a bondade do protocolo das chamadas consultas abertas nos Centros de Saúde para os utentes sem médico de família. Pecou por tardio, apenas começou há cerca de dois meses. No entanto não é o ideal, nem é suficiente.

Terceira prioridade: Recenseamento rigoroso das insuficiências de recursos humanos.

Contra o continuado desinteresse do Governo Regional em conhecer os níveis concretos de envelhecimento dos actuais profissionais do Serviço Regional de Saúde, urge projectar, a médio prazo, o impacto da saída dos médicos que estão a caminho da sua reforma e dos que passarão a ser dispensados da prestação de urgência nocturna, a partir dos 50 anos.

Urge, definir estratégias para reforçar e renovar os médicos do Serviço Regional de Saúde.

Quarta prioridade: Promover uma correcta articulação entre as diferentes unidades de saúde dos Açores, designadamente através de projectos que, pela telemedicina, liguem os hospitais da Região aos centros de saúde de influência de cada um, situados nas ilhas onde não está localizada a unidade hospitalar, nos domínios determinantes da teleconsulta e telediagnóstico, e nas especialidades mais comuns, quer no ambulatório, quer no serviço de atendimento permanente daquelas unidades.

A rede de telemedicina pode ser factor determinante para a redução, a curto prazo, dos custos sociais e financeiros relacionados com a deslocação de doentes e de especialistas.

Convocam-se os que realizam a necessidade de uma mudança efectiva no fim deste ciclo político, que termina em 2012, com 16 anos da mesma governação.

Perante este fraco Programa de Governo, o PSD propõe mudar a atitude e começar a reformar já o Serviço Regional de Saúde nos Açores.

Estão apresentadas propostas.

O Governo está desafiado a corrigir o seu rumo na Saúde dos Açores.

Disse!